

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A DAE S/A Água e Esgoto apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para a apreciação dos seus acionistas.

Após o longo de 2019 a empresa pautou sua gestão de acordo com a Lei 11.445/07, no tocante à universalização do saneamento básico e ao Plano Municipal de Saneamento, visando atender as metas traçadas para o sistema de abastecimento de água e o sistema de coleta e tratamento de esgoto. Também desenvolveu ações que visam atender o Plano de Governo da atual administração (2017-2020), investindo na ampliação da segurança hídrica na cidade. Ainda de acordo com o Plano de Governo, a DAE S/A contratou empresas especializadas para a implantação do Plano Municipal de Recursos Hídricos, atendendo ao que prevê a Lei municipal 8.683/2016 e tendo como objetivo traçar um panorama sobre a disponibilidade hídrica no município, discutindo os cenários de demanda atual e futura, em função do desenvolvimento e zoneamento municipal. O documento será uma das diretrizes, dentro do Plano Diretor, para o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental da cidade. O serviço de elaboração do documento começou a ser realizado em 2019 e deve ser finalizado em 2020.

Os objetivos da gestão da empresa é levar o atendimento, com excelência, às necessidades de saneamento básico do município e estes resultados são fruto do apoio da Prefeitura Municipal de Jundiaí e, em especial, do comprometimento dos colaboradores. Com relação aos recursos, a empresa se mantém com receitas próprias, não onerando o orçamento de sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiaí. Outra fonte de recursos são os financiamentos disponibilizados pelo Governo Federal para atender a área de saneamento.

2 - OPERAÇÕES DA EMPRESA

A DAE S/A Água e Esgoto tem a responsabilidade do abastecimento de água e coleta e afastamento de esgoto no Município de Jundiaí. A operação de tratamento de esgoto fica a cargo da concessionária Companhia Saneamento de Jundiaí - CSJ, Contrato 002/96 com validade até 30/04/2031, tendo a DAE S/A a responsabilidade da administração da cobrança e repasse dos valores a esta concessionária.

O rio Jundiaí Mirim, responsável por 95% do abastecimento de água do município, nasce na divisa de Jarinu (Córrego do Tanque) e Campo Limpo Paulista (Ribeirão do Perdão). Os outros 5% de água que abastecem Jundiaí são captados do Córrego Japi (ou Estiva) e Ribeirão Ermida (represa da Serra do Japi). Em épocas de estiagem a captação também é realizada no Rio Atibaia. Todos os outorgas regularizadas no DAEE (Departamento de Água e Esgoto do Estado de São Paulo) através da Portaria DAEE nº 572 de 21/02/2017, com prazo de 10 anos.

A represa de Acumulação da DAE S/A possui capacidade de armazenamento de 9,3 milhões de metros cúbicos de água. Além desta represa, a DAE S/A possui a represa de Captação, com capacidade de 500 mil m³ de água, a Represa do Moisés, com capacidade de 5,5 mil m³ de água, e a represa da Serra do Japi, com capacidade de 2 mil m³ de água. Além da reservação de água bruta, a DAE S/A possui 52 reservatórios de água tratada com capacidade de armazenar 54 mil m³ de água. Após a conclusão das obras relacionadas com um dos financiamentos obtidos em 2018, a esta capacidade de armazenamento deve-se acrescentar 26 mil m³ de água. Para tratamento de água a empresa conta com a ETA (Estação de Tratamento de Água) do Anhangabá, com a capacidade de tratamento de 1.800 litros por segundo, sendo responsável por 89,8% do volume de água tratado na cidade. A ETA Eloy Chaves tem capacidade de tratamento de 45 litros por segundo e 2,5% do volume tratado na cidade. Somam-se a estes os tratamentos não fluoretados e por desinfecção, que representam 7,7% do volume de água distribuídos no município.

A população atendida com abastecimento de água tratada é de 99,1% do total do município. A população atendida com rede coletora de esgoto é de 98,2% do total do município. Desde o final dos anos 1990, a totalidade do esgoto coletado no município é tratado.

Durante o ano de 2019 a DAE aumentou suas redes de água em 19,76 Km. As redes de esgoto tiveram aumento de extensão em 15,29 Km.

Durante o período de 2019 o índice de perdas na distribuição de água tratada foi de 34%, levemente acima ao de 2018 (que foi de 33,5%), superando, porém, a meta estabelecida no Plano de Saneamento. A meta do Plano de Saneamento para 2021 é reduzir esse índice e atingir 33%. Como esforço para reduzir as perdas, a DAE tem trabalhado na troca de hidrômetros. O serviço é parte de dois contratos de financiamento assinados em 2018, além do contrato de repasse do Consórcio das Bacias do Rio Piracicaba, Capivari e Jundiaí-Mirim (PCJ). Foram trocados em 2019 o total de 20.710 hidrômetros, dentre

estes, 51 de grandes consumidores. O número de ligações de água ativas ao final do exercício de 2019 era de 109.452. Durante o ano de 2019 a DAE S/A deu início ao recadastramento dos clientes que está sendo feito porta a porta. O objetivo é atualizar o cadastro e facilitar a comunicação entre a empresa e os usuários. Para realizar a ação foi contratada uma empresa terceirizada, que deverá percorrer todo o município.

Foram iniciadas em 2019 as obras de ampliação do sistema de preservação e proteção ambiental das represas de abastecimento do município (represas de Acumulação e Captação), que abrigarão atividades voltadas à educação ambiental e ao lazer das crianças, em especial, e da população em geral. Essas obras ampliam a área do Parque da Cidade e fazem parte da "Cidade das Crianças", iniciativa que colocou Jundiaí como o primeiro município do Estado a integrar a Rede Latino-Americana e o segundo no país, logo após Boa Vista, em Roraima. Além disso, atende a um pedido especial dos integrantes do Comitê das Crianças do município. As obras contam com autorização da Cetesb, com a qual a DAE estabeleceu um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA).

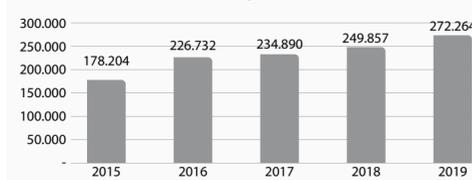
Desde agosto de 2016, a DAE S/A optou pela compra de energia elétrica para a Estação de Recalque do Jundiaí Mirim, por meio do sistema de mercado livre. Em comparação à compra de energia elétrica no mercado cativo, a DAE S/A obteve redução de R\$ 3.398 mil no ano de 2019. Os benefícios financeiros com a redução da despesa com energia elétrica desde a opção, em agosto de 2016, superam R\$ 10.875 mil.

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Foi apresentado lucro de R\$ 20.390 mil no exercício de 2019. O aumento do faturamento contribuiu para este lucro. Outro fator que trouxe resultado foi a redução de despesas operacionais, sobretudo com relação a processos judiciais.

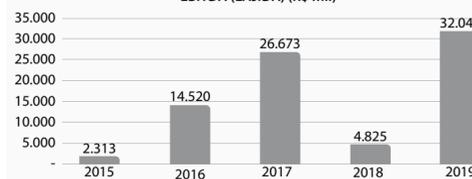
A Receita Operacional Líquida da DAE S/A apresentou aumento de 9%, sendo parte referente ao aumento da tarifa de serviços em 6,95%, aprovada pela Resolução ARES-PCJ nº 288, de 29 de abril de 2019. Além disso, houve aumento no volume de 0,9% sendo faturados 34,2 milhões de metros cúbicos em 2018 e 34,4 milhões de metros cúbicos em 2019.

Receita Líquida (R\$ mil)



Para o exercício de 2019 o EBITDA da empresa teve aumento de R\$ 4.825 mil (1,9% da ROL) em 2018 para R\$ 32.049 mil (11,8% da ROL) em 2019. O principal motivo para o aumento foi a ROL, com variação de 9%, conforme citado anteriormente e a redução de condenação em processos judiciais. Também por conta de novas avaliações dos processos já em andamento, houve redução na provisão de contingências jurídicas, aumentando o EBITDA.

EBITDA (LAJIDA) (R\$ mil)



4 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Não houve alteração na composição acionária da empresa durante o exercício de 2019. Apenas ocorreu a redistribuição de ações entre os acionistas minoritários, que possuem 100 ações no total, conforme quadro abaixo:

Acionistas/Tipo de Ações	Quantidade
Prefeitura do Município de Jundiaí - Ordinárias	80.937.712
Prefeitura do Município de Jundiaí - Preferenciais	126.777.267
Acionistas Minoritários - Preferenciais	100
Total	207.715.079

5 - INVESTIMENTOS

A evolução de investimentos da DAE S/A está apresentada no gráfico abaixo e os detalhes constam na Nota Explicativa nº 12:

Investimentos (Imobilizado e Intangível)



Os investimentos realizados no ano de 2019 foram por meio de recursos próprios e de financiamentos obtidos em exercícios anteriores. Visando a universalização do saneamento na cidade de Jundiaí, foram executadas obras de construção de novos reservatórios de água tratada no Cecap, Jardim Carlos Gomes, Anhangabá e Fazgran. As obras estão em andamento. O reservatório no Cecap foi entregue em março de 2020. No decorrer do ano a expectativa é finalizar a construção dos demais reservatórios, bem como promover a reforma do reservatório do Distrito Industrial. Além destes investimentos foram realizados extensões e reforços em redes de distribuição de água e em redes coletoras de esgoto em diversos pontos da cidade, bem como melhorias no sistema de tratamento de água.

Os detalhes sobre os contratos de financiamentos constam na Nota Explicativa nº 14.

6 - RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores	Quantidade
Funcionários DAE S/A	395
Funcionários PMJ - Quadro especial	138
Estagiários	73
Total	606

7 - AGRADECIMENTOS

A Administração da DAE S/A - Água e Esgoto agradece o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, assim como a confiança e apoio do seu acionista controlador, a Prefeitura Municipal de Jundiaí, que tornaram possíveis os resultados alcançados no exercício de 2019. Em 2020 a empresa continuará se esforçando para atender com excelência a população do Município de Jundiaí, buscando ampliar o acesso às redes de água e esgoto e atuar na segurança hídrica do município, considerado uma referência nacional em saneamento.

**Sumário
Caderno Empresarial 2**

BALANÇO	
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ	3

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)							
Ativos	Nota	2019	2018 (Reapresentado)	Passivos	Nota	2019 (Reapresentado)	2018 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	6	42.387	27.481	Empréstimos e financiamentos	14	1.983	1.579
Investimentos financeiros	7	126	221	Fornecedores	15	5.871	5.294
Contas a receber de clientes	8	49.004	43.781	Concessionária de tratamento de esgoto	16	9.315	7.873
Estoques	9	11.289	9.471	Cauções de fornecedores		126	225
Impostos e contribuições a recuperar	10	533	3.558	Obrigações fiscais	17	2.779	1.674
Outras contas a receber		727	390	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	18	10.226	8.942
Despesas diferidas		175	98	Receitas antecipadas	20	319	319
Total do ativo circulante		104.241	85.000	Acordos Judiciais a curto prazo	22	4.024	3.666
Contas a receber de clientes	8	3.757	2.298	Outras obrigações		3.697	3.671
Impostos e contribuições a recuperar	10	950	953	Total do passivo circulante		38.340	33.243
Ativo fiscal diferido	11	4.014	5.282	Empréstimos e financiamentos	14	12.446	6.222
Depósitos judiciais	22	3.887	4.080	Obrigações fiscais a longo prazo	17	1.648	-
Outras contas a receber		309	486	Adiantamento de clientes Projeto CERJU	19	6.500	6.500
Total realizável a longo prazo		12.917	13.099	Recursos de terceiros para investimentos	21	1.394	660
Investimentos		32	32	Provisões para processos judiciais	22	12.847	14.987
Imobilizado	12	248.352	238.222	Acordos judiciais a longo prazo	22	3.473	7.026
Intangível	13	86	622	Contas a pagar a partes relacionadas	23	1.172	600
		248.470	238.876	Receitas antecipadas a longo prazo	20	619	938
Total do ativo não circulante		261.387	251.975	Total do passivo não circulante		40.099	36.933
				Total do passivo		78.439	70.176
				Capital social	24	207.715	207.715
				Reservas de lucros	24	79.474	59.084
				Total do patrimônio líquido		287.189	266.799
Total dos ativos		365.628	336.975	Total dos passivos e do patrimônio líquido		365.628	336.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	25	272.264	249.857
Custo dos serviços prestados	26	(173.316)	(154.781)
Lucro operacional bruto		98.948	95.076
Despesas operacionais			
Administrativas e comerciais	27	(75.283)	(81.117)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(1.341)	(18.517)
		(76.624)	(99.634)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		22.324	(4.558)
Resultado financeiro, líquido	29	3.506	3.833
Resultado antes dos impostos		25.830	(725)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	30	(4.172)	(161)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	30	(1.268)	308
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		20.390	(578)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DAE S.A. - Água e Esgoto DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)		
	2019	2018 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	20.390	(578)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	20.390	(578)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)						
	Reservas de lucros			Lucros acumulados		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a destinar	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	207.715	2.847	56.815	59.662	-	267.377
Prejuízo líquido no exercício	-	-	-	-	(578)	(578)
Compensação do prejuízo com reserva de lucro	-	-	(578)	(578)	578	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	207.715	2.847	56.237	59.084	-	266.799
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	20.390	20.390
Constituição de reserva legal	-	1.020	-	1.020	(1.020)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	19.370	19.370	(19.370)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	207.715	3.867	75.607	79.474	-	287.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Atividades operacionais

A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido vertido o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiaí. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000.

A Companhia tem por objetivo:

- Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas à construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiaí;
- Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiaí;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, contábeis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiaí;
- Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e
- Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

As atividades da DAE S/A são reguladas pela ARES-PCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 11** - Ativo fiscal diferido; e
- **Nota explicativa 22** - Provisões para processos judiciais.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 25 de março de 2020.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)		
	2019	2018 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	20.390	(578)
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
Impostos diferidos	1.268	(308)
Depreciação e amortização	9.723	9.084
Juros e variações cambiais apropriados sobre empréstimos	612	509
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(3.456)	239
Provisão para processos judiciais	(2.140)	6.234
	26.397	15.180
Variação em ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(3.226)	(4.980)
Estoques	(1.818)	(1.350)
Outras contas a receber	(160)	50
Despesas diferidas	(77)	21
Fornecedores	577	(770)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.284	943
Obrigações fiscais	7.981</	

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

a.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber dos usuários dos serviços de fornecimento de água e saneamento são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço, valores a receber de uso da rede.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente, quando cabível, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é a receita bruta, no resultado do exercício. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira, apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Imobilizado

d.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

d.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d.3 Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2019	2018
Construções civis e benfeitorias	2%	2%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2 a 4%	2 a 4%
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	8 a 10%
Móveis e utensílios	8 a 10%	8 a 10%
Equipamento de informática	33%	33%
Veículos de passeio e carga	10 a 20%	10 a 20%
Veículos especiais	10 a 25%	10 a 25%
Tratores	25%	25%
Motocicletas	20%	20%
Softwares	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de programas de computador (*“softwares”*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A taxa anual de amortização estimada dos ativos intangíveis para o exercício corrente e comparativo é:

	2019	2018
Sistemas de informação	20%	20%

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base critério adotado pela Administração para constituição de perdas, que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Seguros

A administração da Companhia entende que os riscos estão gerenciados de modo satisfatório não demandando nenhuma ação adicional. Desta forma, entendendo que o patrimônio e a operação estejam protegidos, não foi efetuada cobertura de seguros de relevância, como empresarial e de veículos.

Para os casos em que há a necessidade de contratação de seguro, como por exemplo aluguel de imóveis e equipamentos, as despesas são apropriadas conforme a vigência do contrato, exceto para parcelas com valores imateriais que são contabilizados diretamente na despesa.

i. Benefícios a empregados

i.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

j.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

k. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas do Estado pela Companhia possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução da obra que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite da obra será reconhecida em resultado.

l. Receita operacional

Venda de serviços: As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e saneamento são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Jundiá, a Companhia não constitui receita devido ao artigo 1º da Lei Municipal 2.062 de 1974, o qual estabelece que são isentas as unidades prediais que se desinam ao cumprimento das obrigações estatutárias.

m. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras da Companhia compreendem principalmente juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método do custo efetivo.

Despesas financeiras compreendem principalmente despesas com juros e atualizações monetárias de financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros (*“impairment”*). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

o. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma revisão de norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A Companhia não identificou qualquer impacto dessas alterações na preparação destas demonstrações contábeis nem planeja adotá-las de forma antecipada.

CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A segunda revisão do CPC 00 apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação. Também atualizou a definição de ativos e passivos nas demonstrações contábeis.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2020.

5. REAPRESENTAÇÃO

CPC 23 Fórmula de cálculo da estimativa

Em 2018, ao serem calculados os valores de receitas a faturar para reconhecimento de estimativa contábil, foram utilizados os dias de leitura de 2017 pela fórmula em planilha para reconhecimento de estimativa contábil ao invés das datas de leitura do próprio ano de 2018. O valor ajustado, bem como o imposto diferido sobre a atualização da estimativa foram reconhecidos do patrimônio líquido da Companhia como "ajustes de exercícios anteriores".

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, inclusive os tributários, decorrentes destes ajustes:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Impactos dos ajustes de exercícios anteriores		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Contas a receber de clientes	41.600	2.181	43.781
Ativo fiscal diferido	6.024	(742)	5.282
Outros	287.912	–	287.912
Total de ativos	335.536	1.439	336.975
Total de passivos	(70.176)	–	(70.176)
Reserva de Lucros	(57.645)	(1.439)	(59.084)
Outros	(207.715)	–	(207.715)
Total do Patrimônio Líquido	(265.360)	(1.439)	(266.799)

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Impactos dos ajustes de exercícios anteriores		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Receita operacional líquida	247.676	2.181	249.857
Imposto de renda e contribuição social - diferido	1.050	(742)	308
Outros	(250.743)	–	(250.743)
Lucro líquido	(2.017)	1.439	(578)
Total lucro abrangente	(2.017)	1.439	(578)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Bancos	2.532	1.695
Aplicações financeiras	39.855	25.786
	42.387	27.481

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento e certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço. Há também aplicações financeiras com características de longo prazo no montante de R\$25.854, que foram mantidas no disponível a curto prazo devido ao planejamento da Companhia que prevê aplicação destes recursos em obras de investimento ao longo do ano de 2020. As aplicações mais representativas estão apresentadas líquidas de IRRF.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 31.

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2019	2018
Cauções de fornecedores	126	221
	126	221

As aplicações financeiras correspondem a valores de garantia de prestação de serviços e entrega de materiais contratados com fornecedores através de processos licitatórios, conforme Regulamento Interno de Compras e a Lei 13.303/16.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 31.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2019	2018
Circulante		
Contas a receber de clientes	62.477	57.431
Renegociação de contas a receber	9.232	10.626
Clientes - acordos judiciais	25	90
Provisão por ajuste de competência	14.640	12.880
(-) Contas a receber de clientes em perdas	(26.985)	(25.164)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.385)	(12.082)
Contas a receber de clientes - circulante	49.004	43.781
Não Circulante		
Renegociação de contas a receber	3.757	2.277
Clientes - acordos judiciais	–	21
Contas a receber de clientes - não circulante	3.757	2.298
Total das contas a receber incluindo perdas e provisão para perdas	52.761	46.079

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos, exceto provisões e perdas com clientes:

	2019	2018
Créditos a vencer	43.658	42.150
Créditos em atraso até 2 meses	7.009	6.277
Créditos em atraso acima de 2 meses até 4 meses	2.126	2.447
Créditos em atraso acima de 4 meses até 6 meses	1.480	1.597
Créditos em atraso acima de 6 meses até 8 meses	1.219	1.227
Créditos em atraso acima de 8 meses até 10 meses	1.071	1.183
Créditos em atraso acima de 10 meses	33.589	28.446
	90.152	83.325

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixas para perdas estão demonstradas a seguir:

	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(33.378)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.420)
Baixa efetiva de títulos vencidos		(3.357)
Reversão de perdas		1.909
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(37.246)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.697
Baixa efetiva de títulos vencidos		(3.702)
Reversão de perdas		1.881
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(37.370)

9. ESTOQUES

	2019	2018
Almoxarifados	11.289	9.471
	11.289	9.471

A Companhia registra os itens de estoque pelo

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2019	2018
PIS/COFINS sobre imobilizado	628	499
Previsão de IRRF s/aplicações a resgatar	64	30
IRPJ/CSLL a compensar	-	3.191
Precatória IPVA a receber	791	791
	1.483	4.511
Ativo circulante	533	3.558
Ativo não circulante	950	953

11. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O ativo fiscal diferido possui a seguinte composição:

	2019					2018
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total	
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável						
Provisão para devedores duvidosos	10.385	2.596	935	3.531	4.108	
Contingências cíveis	3.426	857	308	1.065	2.022	
Contingências trabalhistas	9.421	2.355	848	3.203	2.495	
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	98	
Provisão de receitas/custos por competência	(11.427)	(2.857)	(1.028)	(3.885)	(3.441)	
Ativos fiscais diferidos, líquido		2.951	1.063	4.014	5.282	

12. IMOBILIZADO

a. Composição

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	
			2019	2018
Terrenos	30.839	-	30.839	30.554
Construções civis e benfeitorias	75.756	(39.517)	36.239	35.656
Sistema de abastecimento de água e esgoto	235.440	(80.837)	154.603	156.213
Máquinas e equipamentos	21.486	(14.306)	7.180	6.218
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	5.741	(4.000)	1.741	1.039
Veículos	6.390	(4.763)	1.627	1.528
Imobilizado em andamento	16.073	-	16.073	7.014
Compra para recebimento futuro	50	-	50	-
	391.775	(143.423)	248.352	238.222

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo final
	Terrenos	30.554	285	-	-
Construções civis e benfeitorias	72.244	180	-	3.332	75.756
Sistema de abastecimento de água e esgoto	232.180	-	-	3.260	235.440
Máquinas e equipamentos	19.900	1.324	(139)	401	21.486
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.767	1.091	(117)	-	5.741
Veículos	6.383	340	(333)	-	6.390
Imobilizado em andamento	7.015	16.756	(705)	(6.993)	16.073
Compra para recebimento futuro	-	50	-	-	50
	373.043	20.026	(1.294)	-	391.775

c. Movimentação da depreciação acumulada:

	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Construções civis e benfeitorias	36.588	2.929	-	39.517
Sistema de abastecimento de água e esgoto	75.966	4.871	-	80.837
Máquinas e equipamentos	13.683	713	(90)	14.306
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	3.729	369	(98)	4.000
Veículos	4.855	240	(332)	4.763
	134.821	9.122	(520)	143.423

A Companhia aproveita o crédito referente ao PIS e COFINS de acordo com a IN 457/2004.

O total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2019 foi de R\$ 16.756 (R\$ 5.763 em 2018). Das obras em andamento, destacam-se: **a)** Construção de novos reservatórios no montante de R\$ 7.379; **b)** Execução de sistema de pré tratamento de água no valor de R\$925; **c)** Extensão nas redes de água nos bairros Vale Verde, Mato Dentro, Champirra e Rio Acima no montante de R\$ 1.635; **d)** Extensão de rede de esgoto no Bairro do Poste e Avenida Reynalo Porcari, no montante de R\$ 1.213; **e)** Implantação de extensão do Parque da Cidade, R\$ 571 em 2019; **f)** Instalação de macro medidores, R\$ 313 em 2019.

13. INTANGÍVEL

a. Composição

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	
			2019	2018
Softwares	3.485	(3.399)	86	622
	3.485	(3.399)	86	622

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	3.466	64	(45)	3.485
	3.466	64	(45)	3.485

c. Movimentação da amortização acumulada

	Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Softwares	2.844	601	(45)	3.399
	2.844	601	(45)	3.399

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de Juros a.a.	Ano de Vencimento	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2019	2018	2019	2018
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	6,00%	2016-2036	366	2	5.402	27
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	6,00%	2023	1.617	1.577	4.781	6.195
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	6,00%	2042	-	-	84	-
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	6,00%	2040	-	-	1.109	-
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	6,00%	2037	-	-	1.070	-
Caixa Econômica Federal - 505.674-53	8,00%	2025	-	-	-	-
			1.983	1.579	12.446	6.222

O cronograma aproximado de vencimento dos valores classificados no longo prazo é o seguinte:

Instituição	2021 a 2023	2024 a 2034	2035 a 2042
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	1.080	3.601	721
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	4.781	-	-
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	8	42	34
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	175	584	350
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	143	713	214
	6.187	4.940	1.319

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados junto à Caixa Econômica Federal, e possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/rescisão:

- Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato;
 - Modificação do projeto sem prévio aviso e expresso consentimento da Caixa Econômica Federal; e
 - Deixar de concluir a obra no prazo contratual.
- Em 31 de dezembro de 2018 e 2019 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

15. FORNECEDORES

	2019	2018
Despesas administrativas	1.271	1.605
Energia elétrica	1.850	1.403
Benefícios a funcionários	903	957
Compras para estoques	254	774
Serviços - operação	497	271
Investimento em ativo imobilizado	914	169
Outros	182	115
	5.871	5.294

16. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiá a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiá, o contrato tem prazo de validade até 30 de abril de 2031 e dentre os principais obrigações estão: a) Regulamentar, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) Exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; e c) Conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditorias, inspeções, relatórios e balanços periódicos.

	2019	2018
Companhia Saneamento de Jundiá - CSJ	9.315	7.873
	9.315	7.873

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2019	2018
COFINS	1.079	1.000
Retenções sobre serviços de terceiros	607	458
PIS	233	216
IRPJ e CSLL	325	-
COFINS (lançamento de ofício - Nota Explicativa 22)	535	-
	2.779	1.674

	2019	2018
COFINS (lançamento de ofício) - longo prazo	1.648	-
	1.648	-

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2019	2018
Férias e encargos a pagar	7.989	7.112
INSS a recolher	1.002	1.047
IRRF sobre salários a recolher	690	348
FGTS a recolher	365	339
Outros	180	96
	10.226	8.942

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PROJETO CERJU

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiá, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Bacia do Rio Jundiá. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiá, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. Às indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998. Tendo esgotado este prazo, o valor remanescente encontra-se em análise quanto a sua destinação, por este motivo está mantido em longo prazo pela Companhia.

	2019	2018
Passivo não circulante	6.500	6.500

20. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas referem-se aos contratos de Permissão de Uso e Serviço Bancário da Folha de Pagamento da Companhia. O contrato é de 60 meses e teve início em dezembro de 2017.

	2019	2018
Passivo circulante	319	319
Passivo não circulante	619	938
	938	1.257

21. RECURSOS DE TERCEIROS PARA INVESTIMENTOS

	2019	2018
OGU - Orçamento Geral da União	660	660
FEHIDRO PCJ	734	660
	1.394	660

O contrato OGU nº 0424396-42/2014 refere-se a obras no sistema de esgotamento sanitário dos bairros Varjão, do Poste e Traviú. Enquanto o recurso da FEHIDRO, contrato nº 522523-7, é destinado ao projeto para redução de perdas de água.

22. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui diversos processos judiciais em andamento, de natureza cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial.

	Movimentação das provisões			
	Cíveis, administrativas e Tributárias	Trabalhistas	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.648	7.339	14.987	
Constituição	914	4.925	5.839	
Baixas/reversão	(5.136)	(2.843)	(7.979)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.426	9.421	12.847	

	Movimentação dos depósitos judiciais			
	Desapropriações e Outras	Trabalhistas	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.113	967	4.080	
Constituição	-	117	117	
Baixas/reversão	(175)	(135)	(310)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.938	949	3.887	

A redução no montante da provisão para contingências tributárias é constituído por um lançamento de ofício referente à COFINS sobre receitas de tratamento de esgoto no ano de 2003, que somava R\$2.673. O valor foi parcelado junto à Receita Federal do Brasil e está demonstrado na Nota Explicativa nº 17.

As contingências cíveis são constituídas em sua grande maioria por processos de reparação de danos materiais, que somam R\$3.043.

Acordos Judiciais a pagar

	2019	2018
Acordos judiciais a pagar	4.024	3.666
Acordos judiciais a pagar a longo prazo	3.473	7.026
	7.497	10.692

Existem outras ações judiciais e processos administrativos avaliados pelos nossos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 4.964 (R\$ 1.873 em 2018) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, porém sua divulgação.

23. PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final

A Controladora direta e final da Companhia é a Prefeitura Municipal de Jundiá.

Remuneração de pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração incluindo diretores tem a seguinte remuneração paga ou a pagar por serviços prestados:

	2019	2018
Remuneração contratada	2.940	2.384
	2.940	2.384

Os saldos com partes relacionadas são decorrentes de saldo de folha de pagamento de pessoal da Prefeitura atuando na Companhia conforme Lei Municipal 5.308/99 publicada em função da transformação da autarquia em sociedade anônima.

Passivo	2019	2018
Obrigações folha de pagamento PMJ	1.172	600
Custos e Despesas	2019	2018
Custo com pessoal PMJ (nota 26)	11.294	10.894
Despesas com pessoal PMJ (nota 27)	12.129	11.998
	23.423	22.892

A Companhia presta serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiá (PMJ) e economias próprias municipais, que compreendem os imóveis de propriedade ou ocupados pela PMJ, por suas autarquias e fundações públicas por ela criadas e mantidas. Conforme lei municipal nº 1.637, de 03 de novembro de 1969, e alterações pela lei municipal nº 2.062, de 25 de abril de 1974, estes serviços são isentos de tarifa. Os valores destes serviços representam R\$ 14.021 no exercício de 2019 (R\$ 15.460 em 2018).

Adicionalmente, a Companhia tem isenção no pagamento de IPTU (Imposto sobre propriedade territorial urbana) nos imóveis de sua propriedade, que seria devido à sua controladora, por meio da Lei Complementar nº 281/1999.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Capital Social Autorizado importa R\$ 250.000, dos quais R\$ 207.715 encontram-se subscritos e integralizados no final dos exercícios de 2019 e 2018, sendo representadas por 80.937.712 ações ordinárias e 126.777.267 ações preferenciais nominativas de valor nominal R\$ 1,00 (um real).

Reservas de lucros

	2019	2018
Reserva legal	3.867	2.847
Reserva de lucro a destinar	75.607	56.237
	79.474	59.084

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucro a destinar

A reserva de lucros

29. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	1.575	543
Taxas de financiamento	304	513
Descontos concedidos	93	259
Atualização monetária das obrigações	271	49
IOF	85	-
Multas/juros por atraso de pagamento	-	38
	2.328	1.402
Receitas financeiras		
Juros recebidos ou auferidos	(2.982)	(2.651)
Receita de multas por atraso de pagamentos	(1.638)	(1.308)
Receitas de aplicações financeiras	(1.240)	(1.240)
Atualização monetária dos créditos	(181)	(267)
(-) PIS e Cofins sobre Receitas financeiras	285	255
Outras	(78)	(24)
	(5.834)	(5.235)
Resultado financeiro, líquido	(3.506)	(3.833)

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado dos exercícios de 2019 e 2018:

	2019			2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro do exercício antes dos impostos	25.830	25.830	- (725)	(725)	-	-
Alíquota vigente	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(6.458)	(2.325)	(8.783)	726	261	987
<i>Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</i>	2.126	717	2.843 (983)	(348)	(1.331)	
<i>Compensação de prejuízos fiscais</i>	1.300	468	1.768	157	26	183
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(3.032)	(1.140)	(4.172)	(100)	(61)	(161)
Alíquota efetiva	12%	4%	16%	5%	3%	8%

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

O Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa.

	2019		2018	
	Provisões	base negativa de CSLL	Provisões	base negativa de CSLL
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.105	1.869	4.974	
Constituição/Reversão no resultado	2.079	(1.771)	308	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.184	98	5.282	
Constituição/Reversão no resultado	(1.170)	(98)	(1.268)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.014	-	4.014	

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, líquido das perdas efetivas era de R\$ 63.167 em 2019 (R\$ 58.161 em 2018). A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 10.385, representando 16% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2018, esta provisão era de R\$ 12.082, equivalentes a 21%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A nota explicativa 14 apresenta o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, no caso os empréstimos e financiamentos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Foram apresentados ainda mais dois cenários com apreciação e deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/19	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	
					Valor	%	Valor	%	
Instrumentos financeiros passivos	14.428	Varição UP/CDI	4,24	6,00	612	5,30	765	6,36%	918

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/18	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	
					Valor	%	Valor	%	
Instrumentos financeiros passivos	7.801	Varição UP/CDI	6,52	6,52	509	8,15	636	9,78	763

Fonte: UP/ - Caixa Econômica Federal.

DIRETORIA

Luiz Fernando Camargo Petroni
Diretor Financeiro

Eduardo Santos Palhares
Diretor Presidente

CONTROLADORIA

Luciana Lopes Glozan
Controladora - CRC 1SP260421/O-3

Lidiane Cristina Pupo Santos
Gerente de Controladoria - CRC 1SP243864/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

Jundiaí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis de que em 2018, ao serem calculados os valores de receitas a faturar para reconhecimento de estimativa contábil, foram utilizados pela fórmula em planilha os dias de leitura de 2017 para reconhecimento de estimativa contábil ao invés das datas de leitura do próprio ano de 2018. O valor ajustado, bem como o imposto diferido sobre a atualização da estimativa foram reconhecidos do patrimônio líquido da Companhia no exercício de 2019. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo apresentados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiaí e economias próprias municipais são serviços isentos de tarifa, bem como a contratação de pessoal da Companhia é realizada com partes relacionadas em

condições específicas conforme Lei Municipal e acordo entre as partes, conforme descrito na nota explicativa nº 23 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 de Dezembro de 2019			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	42.387	-	-	42.387
Investimentos financeiros	126	-	-	126
Contas a receber	-	46.079	-	46.079
Outros créditos	-	1.036	-	1.036
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	14.429	14.429
Fornecedores	-	-	5.871	5.871
Outros passivos	-	-	11.769	11.769
Outros passivos não circulantes	-	-	6.500	6.500
	42.513	47.115	39.938	129.566

	31 de Dezembro de 2018			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	27.481	-	-	27.481
Investimentos financeiros	221	-	-	221
Contas a receber	-	43.898	-	43.898
Outros créditos	-	876	-	876
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.801	7.801
Fornecedores	-	-	5.294	5.294
Outros passivos	-	-	11.769	11.769
Outros passivos não circulantes	-	-	6.500	6.500
	27.702	44.774	31.364	103.840

Valores estimados de mercado

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Passivo a Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, outros passivos e partes relacionadas da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas nas taxas dos últimos contratos de empréstimos firmados com a Caixa Econômica Federal, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 14.429 (R\$ 14.429 a valor contábil).

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31 de Dezembro de 2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	42.387	-	42.387
Investimentos financeiros	-	126	-	126
	-	42.513	-	42.513

	31 de Dezembro de 2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.481	-	27.481
Investimentos financeiros	-	221	-	221
	-	27.702	-	27.702

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário

Até o momento da emissão dessas Demonstrações contábeis, não havia sido emitida resolução para reajuste tarifário pela agência reguladora ARES-PCJ.

COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado na cidade de Wuhan, China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional".

A Companhia não identificou impactos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2019 causados pelo COVID-19, todavia monitora atentamente impactos potenciais nos resultados de 2020. E com fundamento nas melhores informações disponíveis, estuda medidas para minimizá-los, notadamente:

- Em provisionamento de operações de crédito que pode ocorrer com o aumento da inadimplência;
- Diminuição em disponibilidades financeiras, pelo decréscimo no recebimento de contas de consumo e parcelamentos;
- No suprimento de capital de giro para sustentar atividades econômicas básicas e dar fôlego financeiro aos clientes neste período conturbado;
- Na redução do volume de novos investimentos provocada pela desaceleração da atividade econômica em geral.

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO;

• avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2020

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "TP" SP

DENNIS PAVIA VILLALVA
CRC 1SP - 246.768/O-6
Responsável Técnico